



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Ofício nº 424/2021 - SUBCAP/SEJUD/PGR

Brasília, 11 de maio de 2021

A Sua Excelência o Senhor
Senador **OMAR AZIZ**
Presidente da CPI Pandemia
Senado Federal

sec.cpipandemia@senado.leg.br

Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes
70165-900 - Brasília - DF

Assunto: Informações referentes aos Requerimentos nºs 141-2021/CPIPANDEMIA e 156-2021/CPIPANDEMIA.

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o, em atenção aos Ofícios nºs 320 e 437/2021-CPIPANDEMIA, de 30 de abril de 2021, que encaminharam, respectivamente, os Requerimentos nºs 141 e 156/CPIPANDEMIA, dou conhecimento a Vossa Excelência do Memorando nº 38/2021/AJ/CRIMINAL/STJ, oriundo da Assessoria Jurídica Criminal no STJ deste gabinete, contendo informações acerca dos procedimentos investigativos criminais em que se apuram crimes relacionados à aplicação de recursos destinados ao combate à pandemia e que estão sob a responsabilidade daquela assessoria.
2. O compartilhamento de documentos e informações entre autoridades em esforços apuratórios são muito úteis para o progresso de suas respectivas linhas investigativas, preservando-as nos casos sigilosos de sua exposição.
3. Nesse esforço de colaboração mútua, consigno que as autoridades do

Ministério Público Federal aguardam que as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito possam muito agregar aos esforços que elas têm empreendido na elucidação dos fatos.

Atenciosamente,

Augusto Aras

Procurador-Geral da República

Assinado digitalmente



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**

Memorando nº 38/2021/AJ/CRIMINAL/STJ

Brasília, data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Procurador-Geral da República
Nesta

Assunto: **Presta informações – Requerimentos 141 e 156/2021**

Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente, em atenção ao Ofício nº 66/2021-CPIPANDEMIA enviado pelo Senado Federal em razão da realização da CPI Pandemia, encaminhar informações acerca dos procedimentos investigativos criminais em que se apuram crimes relacionados à aplicação de recursos destinados ao combate à pandemia e que estão sob a responsabilidade desta Assessoria Jurídica Criminal no STJ.

Cumprе registrar que os inquéritos judiciais tramitam sob a supervisão e relatoria dos ministros integrantes da Colenda Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, em sua maioria sob segredo de justiça, medida destinada a assegurar a efetividade das investiga es.

Nesses casos, o acesso aos autos da investiga o dependem de prévia autoriza o do Ministro Relator, de modo que não se pode enviar as cópias requeridas sob pena de viola o de dever de sigilo.

Por fim, os autos que não se encontram sob sigilo poderão ser baixados por meio do link "[compartilhamento](#)", o qual permanecerá ativo por 90 (noventa dias).

Atenciosamente,

LIND RA MARIA ARAUJO
SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA

Estado	: Rio de Janeiro
Governador	: Wilson José Witzel (ex-Governador)
Órgão Julgador	: Superior Tribunal de Justiça
Auto judicial	: APN 972 (2020/0206216-0)
Relator	: Exmo. Sr. Dr. Ministro Benedito Gonçalves – Corte Especial
Segredo de Justiça	: Sim
Resumo	<p>: Apura a prática dos delitos de organização criminosa e peculato, relacionados a aquisições emergenciais de respiradores pulmonares pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, pelo ex-Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS. Ação penal iniciada no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>: Autos remetidos ao STJ em 11/08/2020, em razão da decisão, proferida na PET 13538/DF, que determinou a avocação de todos os procedimentos, inclusive investigatórios, ações penais e medidas a eles vinculados, inclusive eventuais mídias, que digam respeito a possíveis desvios de recursos públicos na área de saúde no âmbito das medidas adotadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro de enfrentamento e combate à pandemia da Covid-19 causada pelo novo coronavírus.</p>
Estágio atual	: Em 05/05/2021, o Ministro Relator determinou o declínio de competência da ação penal em referência para a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, em virtude da condenação do então Governador WILSON JOSÉ WITZEL, pela prática de crime de responsabilidade, à perda do cargo e à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 5 (cinco), imposta, em 30/04/2021, pelo Tribunal Especial Misto, formado por Deputados do Estado do Rio de Janeiro e Desembargadores do Poder Judiciário fluminense.

Estado	: Rio de Janeiro
Governador	: Wilson José Witzel (ex-Governador)
Órgão Julgador	: Superior Tribunal de Justiça
Auto judicial	: APN 973 (2020/0206437-0)
Relator	: Exmo. Sr. Dr. Ministro Benedito Gonçalves – Corte Especial
Segredo de Justiça	: Sim
Resumo	<p>: Apura a prática dos delitos de organização criminosa e peculato, relacionados a aquisições emergenciais de respiradores pulmonares pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, por GABRIELL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS, GUSTAVO BORGES DA SILVA, CARLOS FREDERICO VERÇOSA DUBOC, CINTHYA SILVA NEUMANN, MAURICIO MONTEIRO DA FONTOURA, GLAUCO OCTAVIANO GUERRA, AURINO BATISTA DE SOUZA FILHO, PAULA ALESSANDRA RODRIGUES DE OLIVEIRA AYRES, JOSÉ DOMINGOS AYRES DA FONSECA, WAGNER MACEDO DE SOUZA e ANDERSON GOMES BEZERRA. Ação penal iniciada no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>: Autos remetidos ao STJ em 11/08/2020, em razão da decisão, proferida na PET 13538/DF, que determinou a avocação de todos os procedimentos, inclusive investigatórios, ações penais e medidas a eles vinculados, inclusive eventuais mídias, que digam respeito a possíveis desvios de recursos públicos na área de saúde no âmbito das medidas adotadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro de enfrentamento e combate à pandemia da Covid-19 causada pelo novo coronavírus.</p>
Estágio atual	: Em 05/05/2021, o Ministro Relator determinou o declínio de competência da ação penal em referência para a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, em virtude da condenação do então Governador WILSON JOSÉ WITZEL, pela prática de crime de responsabilidade, à perda do cargo e à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 5 (cinco), imposta, em 30/04/2021, pelo Tribunal Especial Misto, formado por Deputados do Estado do Rio de Janeiro e Desembargadores do Poder Judiciário fluminense.

Estado	: Rio de Janeiro
Governador	: Wilson José Witzel (ex-Governador)
Órgão Julgador	: Superior Tribunal de Justiça
Auto judicial	: APN 976 (2020/0220737-4)
Relator	: Exmo. Sr. Dr. Ministro Benedito Gonçalves – Corte Especial
Segredo de Justiça	: Sim
Resumo	<p>: Apura a prática dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro pelo ex-Governador do Rio de Janeiro, WILSON JOSÉ WITZEL.</p> <p>: Originariamente, a ação penal também apurava a prática dos ilícitos penais por HELENA ALVES BRANDÃO WITZEL, LUCAS TRISTÃO DO CARMO, MÁRIO PEIXOTO, ALESSANDRO DE ARAÚJO DUARTE, CASSIANO LUIZ DA SILVA, JUAN ELIAS NEVES DE PAULA, JOÃO MARCOS BORGES MATTOS e GOTHARDO LOPES NETTO. Em 11/02/2021, a Corte Especial do STJ decidiu pelo desmembramento do feito em relação aos réus sem prerrogativa de foro, mantida a competência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar a causa apenas quanto ao réu com foro por prerrogativa de função, o então Governador WILSON JOSÉ WITZEL.</p>
Estágio atual	: Em 05/05/2021, o Ministro Relator determinou o declínio de competência da ação penal em referência para a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, em virtude da condenação do então Governador WILSON JOSÉ WITZEL, pela prática de crime de responsabilidade, à perda do cargo e à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 5 (cinco), imposta, em 30/04/2021, pelo Tribunal Especial Misto, formado por Deputados do Estado do Rio de Janeiro e Desembargadores do Poder Judiciário fluminense.

Estado	: Rio de Janeiro
Governador	: Wilson José Witzel (ex-Governador)
Órgão Julgador	: Superior Tribunal de Justiça
Auto judicial	: APN 977 (2020/0239199-6)
Relator	: Exmo. Sr. Dr. Ministro Benedito Gonçalves – Corte Especial
Segredo de Justiça	: Sim
Resumo	<p>: Apura a prática do delito de pertinência a organização criminosa (artigo 2º, § 4º, II e III da Lei nº 12.850/2013) pelo ex-Governador do Rio de Janeiro, WILSON JOSÉ WITZEL, e por HELENA ALVES BRANDÃO WITZEL, LUCAS TRISTÃO DO CARMO, GOTHARDO LOPES NETTO, EVERALDO DIAS PEREIRA (PASTOR EVERALDO), EDSON DA SILVA TORRES, EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS, VICTOR HUGO AMARAL CAVALCANTE BARROSO, NILO FRANCISCO DA SILVA FILHO, CLÁUDIO MARCELO SANTOS SILVA, JOSÉ CARLOS DE MELO e CARLOS FREDERICO LORETTI DA SILVEIRA (“KIKO”).</p> <p>Com relação a WILSON JOSÉ WITZEL imputa ainda o comando, individual ou coletivo, da organização criminosa, atraindo a incidência do § 3º do artigo 2º da Lei nº 12.850/2013.</p>
Estágio atual	: Em 05/05/2021, o Ministro Relator determinou o declínio de competência da ação penal em referência para a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, em virtude da condenação do então Governador WILSON JOSÉ WITZEL, pela prática de crime de responsabilidade, à perda do cargo e à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 5 (cinco), imposta, em 30/04/2021, pelo Tribunal Especial Misto, formado por Deputados do Estado do Rio de Janeiro e Desembargadores do Poder Judiciário fluminense.

Estado	: Rio de Janeiro
Governador	: Wilson José Witzel (ex-Governador)
Órgão Julgador	: Superior Tribunal de Justiça
Auto judicial	: INQ 1338/DF (2020/0106808-7)
Relator	: Exmo. Sr. Dr. Ministro Benedito Gonçalves – Corte Especial
Segredo de Justiça	: Sim
Resumo	<p>: Inquérito instaurado em desfavor de W. J. W., E. J. A. dos S., G. C. N. F. dos S. e demais agentes públicos e privados que concorreram para as contratações objeto das investigações, em tese, pela conduta prevista no artigo 312 do Código Penal (peculato) e, eventualmente, também pelos delitos tipificados no art. 1º da Lei n. 9.613/98 (Lavagem de dinheiro) e art. 2º da Lei 12.850/2013 (constituição e integração de organização criminosa), sem prejuízo de outros, como corrupção ativa e passiva.</p> <p>: As investigações realizadas no inquérito deram origem às ações penais 976/DF e 977/DF.</p>
Estágio atual	: Em 05/05/2021, o Ministro Relator determinou o declínio de competência do inquérito em referência para a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, em virtude da condenação do então Governador WILSON JOSÉ WITZEL, pela prática de crime de responsabilidade, à perda do cargo e à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 5 (cinco), imposta, em 30/04/2021, pelo Tribunal Especial Misto, formado por Deputados do Estado do Rio de Janeiro e Desembargadores do Poder Judiciário fluminense.

Estado	: Rio de Janeiro
Governador	: Wilson José Witzel (ex-Governador)
Órgão Julgador	: Superior Tribunal de Justiça
Auto judicial	: INQ 1430 (2020/0206505-2)
Relator	: Exmo. Sr. Dr. Ministro Benedito Gonçalves – Corte Especial
Segredo de Justiça	: Sim
Resumo	<p>: Investiga a prática de crimes relacionados a aquisições emergenciais de respiradores pulmonares pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, pelo ex-Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro. As investigações deram origem às ações penais 972/DF e 973/DF. O inquérito foi instaurado a partir do Procedimento de Investigação Criminal nº MPRJ 2020.00281902.</p> <p>: Autos remetidos ao STJ em 11/08/2020, em razão da decisão, proferida na PET 13538/DF, que determinou a avocação de todos os procedimentos, inclusive investigatórios, ações penais e medidas a eles vinculados, inclusive eventuais mídias, que digam respeito a possíveis desvios de recursos públicos na área de saúde no âmbito das medidas adotadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro de enfrentamento e combate à pandemia da Covid-19 causada pelo novo coronavírus.</p>
Estágio atual	: Em 05/05/2021, o Ministro Relator determinou o declínio de competência do inquérito em referência para a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, em virtude da condenação do então Governador WILSON JOSÉ WITZEL, pela prática de crime de responsabilidade, à perda do cargo e à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 5 (cinco), imposta, em 30/04/2021, pelo Tribunal Especial Misto, formado por Deputados do Estado do Rio de Janeiro e Desembargadores do Poder Judiciário fluminense.

Estado	Bahia
Órgão Julgador	Superior Tribunal de Justiça
Auto judicial	INQ 1.426/DF (2020/0176038-9)
Relator	Exmo. Sr. Dr. Ministro Og Fernandes – Corte Especial
Segredo de Justiça	Sim
Resumo	Aquisição fraudada de Respiradores pelo Governador Rui Costa.

Estado	Pará
Órgão Julgador	Superior Tribunal de Justiça
Auto judicial	INQ 1.362/DF (2020/0110654-0)
Relator	Exmo. Sr. Dr. Ministro Francisco Falcão – Corte Especial
Segredo de Justiça	Sim
Resumo	Suposta PRÁTICA DE ILÍCITOS RELACIONADOS À AQUISIÇÃO DE 400 (quatrocentas) unidades de ventiladores pulmonares pelo Governo do Estado do Pará da SKN do Brasil Importação e Exportação de Eletroeletrônicos Ltda., com possível envolvimento do Governador do Estado, no contexto de enfrentamento da pandemia da doença infecciosa causada pelo novo agente do coronavírus (COVID-19).

Estado	Pará
Órgão Julgador	Superior Tribunal de Justiça
Auto judicial	INQ 1.428/DF (2020/0196407-0)
Relator	Exmo. Sr. Dr. Ministro Francisco Falcão – Corte Especial
Segredo de Justiça	Sim
Resumo	Suposta PRÁTICA DE ILÍCITOS RELACIONADOS À AQUISIÇÃO DE 1.600 (UM MIL E SEISCENTAS) UNIDADES DE BOMBA DE INFUSÃO DA pelo Governo do Estado do Pará da SKN do Brasil Importação e Exportação de Eletroeletrônicos Ltda., com possível envolvimento do Governador do Estado, NO CONTEXTO de enfrentamento da pandemia da doença infecciosa causada pelo novo agente do coronavírus (COVID-19).

RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SOBRE COVID-19

Membro auxiliar: LUCAS GUALTIERI

1) AMAZONAS

1.1) INQ 1306: Aquisição de respiradores pelo Governo do Amazonas (público)

1.1.1) APN 993 e 994: Denúncias decorrentes do INQ 1306

1.1.2) QUEBSIG 52 (quebras de sigilos bancário, fiscal e telemático);

1.1.3) QUEBSIG 75 (quebras de sigilos bancário, fiscal e telemático);

1.1.4) MISOC 198 (interceptação das comunicações telefônicas)

1.1.5) MISOC 195 (compartilhamento de provas para cooperação jurídica internacional)

1.1.6) CAUINOMCRIM 30 (diligências ostensivas – Operação Sangria 1)

1.1.7) CAUINOMCRIM 40 (diligências ostensivas – Operação Sangria 2)

1.1.8) PBAC 38 (diligências ostensivas – Operação Sangria 3)

1.1.9) CAUINOMCRIM 31 (medidas de sequestro de bens – Sangria 1)

1.1.10) CAUINOMCRIM 42 (medidas de sequestro de bens – Sangria 2)

1.1.11) QUEBSIG 86 (interceptação telefônica)

Os itens 1.1.2 a 1.1.11 ainda constam como sigilosos, mas estão atrelados ao INQ 1306, cujo sigilo foi levantado após o oferecimento da denúncia.

1.2) INQ 1391: Aluguel de espaço e contratos para instalação do hospital de campanha Nilton Lins, bem como eventos de janeiro de 2021, relativos à falta de oxigênio. (SIGILOSO)

1.3) NF-PGR 1.13.000.000351/2021-40: Trata-se de representação firmada sob sigilo, solicitando investigação da conduta e eventual responsabilização do governador Wilson Miranda Lima e do secretário de saúde Marcellus Campêlo, em razão da recente crise de abastecimento de oxigênio em unidades de saúde do Estado do Amazonas, que culminou no óbito de dezenas de pacientes acometidos de COVID-19. Será juntado no INQ 1391. **O objeto já é investigado no INQ 1391.**

1.4) NF-PGR 1.13.000.000286/2021-52: Cuida-se de representação formulada pelos Deputados Estaduais Maurício Wilker de Azevedo Barreto e Dermilson Carvalho das Chagas, em face do Governador Wilson Miranda Lima, em razão da recente crise de abastecimento de oxigênio para uso medicinal, nas unidades de saúde de Manaus e do interior do Estado, que acarretou a morte de dezenas de pessoas acometidas da COVID-19. **O objeto já é investigado no INQ 1391.**

1.5) NF-PGR – 1.00.000.015100/2020-37: “Dossiê contendo materiais extraídos da internet. Supostas irregularidades envolvendo, em tese, o Governo do Estado do Amazonas.” - **Serão juntados em expediente em trâmite junto ao STJ.**

1.6) NF-PGR – 1.00.000.014539/2020-42: Trata-se de cópia do PP - 1.13.000.001696/2020-30, na qual relata organização social suspeita de envolvimento em esquema ilícito no Rio de Janeiro, que teria sido habilitada para atuar no Estado do Amazonas. Não consta notícias de que a OS tenha sido contratada pelo Governo do Estado do Amazonas.

2) MINAS GERAIS

2.1) NF 1.00.000.011094/2020-49: Notícia de irregularidades na instalação do Hospital de Campanha no Expominas, bem como na execução do programa “Protege Minas”. Sigiloso.

Com base em duas notas técnicas elaboradas pela CGU, obteve-se informações sobre possíveis irregularidades na contratação de organização social para funcionamento do Hospital de Campanha em Minas Gerais. Segundo a própria nota técnica, o processo de contratação estava eivado de

irregularidades, que indicavam o direcionamento para a contratação de uma determinada associação. Todavia, após a elaboração da nota técnica e atuação do MPMG, a contratação não se efetivou. Quanto ao programa “Protege Minas”, identificou-se possível ocorrência de sobrepreço nas contratações.

3) SÃO PAULO:

3.1) SD 791: Irregularidades na aquisição de respiradores pelo Governador João Dória.

3.2) NF-PGR – 1.00.000.001499/2021-50: Trata-se de representação formulada pelo INSTITUTO NACIONAL DE ADVOCACIA - INAD em desfavor do Governador do Estado de São Paulo, JOÃO AGRIPINO DA COSTA DÓRIA JÚNIOR, em razão da suposta prática de "crime contra a humanidade e segurança nacional". Apurar as circunstâncias de aquisição de doses da vacina CORONAVAC pelo governo paulista, dada a notícia de possível ocorrência de sobrepreço.

3.3) NF-PGR – 1.00.000.000837/2021-36: Representação em face à declaração do Governador de São Paulo em que explana que a vacina, reconhecida como "coronavac", poderá ser aplicada no Brasil "mesmo sem o aval da Anvisa"

3.4) NF-PGR – 1.00.000.018655/2020-31: “Possível prática de atos de improbidade administrativa do Governador do Estado de São Paulo, previstos no Código Penal e na Lei 8.429/92.”

3.5) NF-PGR 1.00.000.009849/2020-45: “Supostas irregularidade envolvendo, em tese, o Governador do Estado de São Paulo, JOÃO AGRIPINO DACOSTA DÓRIA JUNIOR ("JOÃO DÓRIA"), em aquisições de equipamentos respiradores (ventiladores pulmonares), para viabilizar atendimento a pacientes contaminados pelo Coronavírus (COVID-19)” – Será juntada na SD 791.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Ofício nº 424/2021 - SUBCAP/SEJUD/PGR

Brasília, 11 de maio de 2021

A Sua Excelência o Senhor
Senador **OMAR AZIZ**
Presidente da CPI Pandemia
Senado Federal

sec.cpipandemia@senado.leg.br

Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes
70165-900 - Brasília - DF

Assunto: Informações referentes aos Requerimentos nºs 141-2021/CPIPANDEMIA e 156-2021/CPIPANDEMIA.

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o, em atenção aos Ofícios nºs 320 e 437/2021-CPIPANDEMIA, de 30 de abril de 2021, que encaminharam, respectivamente, os Requerimentos nºs 141 e 156/CPIPANDEMIA, dou conhecimento a Vossa Excelência do Memorando nº 38/2021/AJ/CRIMINAL/STJ, oriundo da Assessoria Jurídica Criminal no STJ deste gabinete, contendo informações acerca dos procedimentos investigativos criminais em que se apuram crimes relacionados à aplicação de recursos destinados ao combate à pandemia e que estão sob a responsabilidade daquela assessoria.
2. O compartilhamento de documentos e informações entre autoridades em esforços apuratórios são muito úteis para o progresso de suas respectivas linhas investigativas, preservando-as nos casos sigilosos de sua exposição.
3. Nesse esforço de colaboração mútua, consigno que as autoridades do

Ministério Público Federal aguardam que as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito possam muito agregar aos esforços que elas têm empreendido na elucidação dos fatos.

Atenciosamente,

Augusto Aras

Procurador-Geral da República

Assinado digitalmente